

O lugar da teoria da reprodução do capital social total de Rosa Luxemburgo na História do pensamento econômico.

Matheus Fernando Sadde¹

RESUMO

Partindo do entendimento de que Rosa Luxemburgo percebe a teoria econômica e a história do pensamento econômico como uma unidade constata-se que a análise do problema da reprodução realizada pela autora tem como objetivo a superação de tal problema, e não a sua resolução. O que é identificado como o sentido histórico do modo capitalista de reprodução é a reprodução ampliada do capital social total, pois é esta a que faz da acumulação a direção do movimento geral do capital. Para Luxemburgo, a efetividade da expansão do capital social total é determinada pela acumulação da riqueza genérica (a força de trabalho e a natureza livres) sob o domínio capitalista. Ou seja, Luxemburgo toma como referência a ampliação do produto excedente alcançada pela expansão do domínio do capital sobre a força de trabalho e a natureza livres. É por este caminho que se apresenta uma determinada compreensão sobre o que é a teoria dos mercados externos de Luxemburgo. São estes os mercados determinantes da reprodução ampliada do capital social total. Do ponto de vista da História do Pensamento Econômico conclui-se que, dentre as teorias que procuraram lidar com o problema da reprodução, a formulação de Luxemburgo se sustenta como uma terceira via tanto em relação aos teóricos da demanda efetiva quanto em relação aos teóricos marxistas russos. Luxemburgo provoca a reflexão de que é a própria solução do problema da reprodução (os mercados externos) a causa de sua permanência ao longo da História.

Palavras-chave: Teoria da Reprodução; Rosa Luxemburgo; História do Pensamento Econômico.

The place of Rosa Luxemburg's theory of reproduction of total social capital in the history of economic thought.

Starting from the understanding that Rosa Luxemburg perceives the economic theory and the history of economic thought as a unity, it can be seen that her objective with the analysis of the problem of reproduction is overcoming it rather than solving it. What is identified as the historical sense of capital's mode of reproduction is the expanded reproduction of total social capital because this is what turns accumulation the direction of capital's general movement. For Luxemburg, the reproduction of total social capital becomes effective in history by expanding the accumulation of wealth and thus expanding the surplus product and the domination over free labor force and nature. This is how Luxemburg's formulation on how external markets determine the expanded reproduction of total social capital is understood. From the point of view of the History of Economic Thought, it is concluded that, among the theories that tried to deal with the problem of reproduction, Luxemburg's formulation stands as a third way both in relation to the theorists of effective demand and in relation to the Russian Marxist theorists. Luxemburg provokes the reflection that the solution of the problem of reproduction itself (the external markets) is the cause of its permanence along history.

Key-words: Theory of Reproduction; Rosa Luxemburg; History of Economic Thought.

¹ Doutorando do Programa de Pós Graduação em Economia da Indústria e da Tecnologia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauille (LEMA/IE/UFRJ) e do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-MARX) da Universidade Federal Fluminense.

I. A teoria e a história do pensamento econômico de Rosa Luxemburgo: uma questão de método.

O mundo da virada do século XIX para o século XX é o mundo que vivencia a primeira grande crise generalizada da Grande Indústria. A sua expansão para além dos domínios da simples autorreprodução foi ou não foi a resolução prática da própria condição de crise? Por mais controvertida que ainda seja essa questão, do ponto de vista do movimento histórico do pensamento econômico, essa nova configuração do capitalismo deu origem a uma questão fundamental que perdura até hoje. Qual é a causa das crises?

O contexto teórico à época lidava com as questões que a tradição ricardiana havia delegado à reflexão dos economistas políticos. Estas questões, de uma forma ou de outra, acabaram se tornando as questões a serem exploradas e desenvolvidas tanto pelo Marginalismo quanto pelos teóricos da Crítica da Economia Política ao longo do século XX. São elas: (1) a relação entre as mudanças nas distribuições do produto físico e da renda e as variações dos valores de troca; (2) a relação entre a acumulação do capital e o crescimento do produto, do emprego e da renda totais; (3) a relação entre a confluência dos diferentes interesses individuais e os seus efeitos sobre o conjunto da sociedade.

É na aurora da fase mais dramática do Imperialismo que o pensamento de Rosa Luxemburgo se fez de corpo presente. Resultado de um intenso processo de pesquisa que investiga o movimento histórico da reprodução capitalista, assim como o próprio movimento do pensamento sobre esta mesma questão, o *“A Acumulação do Capital: Uma contribuição ao estudo do Imperialismo”* é uma obra cujo significado pode ser mais bem captado quando a tomamos como uma Crítica da Economia Política. Isto é, quando a tomamos como uma obra que não só parte do método de Marx, mas que é também uma reflexão acerca das condições de transformação e de superação do modo capitalista de reprodução.

Para Luxemburgo, a manifestação das crises é a forma aparente de um problema que reside no modo como o capitalismo opera a sua própria reprodução. É na apreensão desta essência contraditória – o que Luxemburgo chama de ‘problema da reprodução’ – que podemos vislumbrar em que condições a autora discute a tendência histórica e a sua transformação. É esta a semente do movimento histórico identificado por Luxemburgo.

Assumindo como objeto de sua investigação o problema da reprodução, Rosa Luxemburgo já procura estabelecer, desde o início, quais são os sentidos geral e específico de sua análise sobre a reprodução. O movimento histórico da realidade material é tomado em seus termos mais gerais com o intuito de caracterizar, por meio da identificação das diferenças, o que há de especificamente capitalista na reprodução social. Esta maneira de lidar com a problemática deixa explicitado o materialismo histórico e a dialética como a filosofia e a lógica que fundamentam e justificam esta que é a principal obra de Luxemburgo no campo da Crítica da Economia Política.

Apesar de ambos estruturarem a investigação da autora ao longo de toda a sua exposição, a maneira como o materialismo histórico e a lógica dialética são trabalhados em cada seção é marcadamente diferente. É a partir desta observação que se começa a identificar a forma pela qual a unidade entre o ser e o pensamento foi trabalhada por Luxemburgo. Nas seções dedicadas à história do pensamento econômico (seção II) e à análise teórica (seção I), o materialismo histórico e a dialética estão circunscritos ao âmbito

do pensamento, e, na última seção, eles estruturam uma compreensão totalizante do fenômeno histórico, que é presentemente vivenciado naquele tempo. É nesta última seção que o Imperialismo é recuperado e reconstituído em seu próprio movimento, sendo o âmbito do ser o foco norteador da análise.

Contudo, o que mais nos chama a atenção é o modo pelo qual a identificação entre a teoria e a história do pensamento econômico é trabalhada nas duas primeiras seções. Percebe-se que a última seção não pode ser considerada em isolado e, até mais do que isso, ela não se sustenta enquanto síntese caso a identificação entre a teoria e a história do pensamento econômico, presente nas seções anteriores, não seja apreendida. Isto porque, é a partir desta identificação que se observa o que fornece a substância do conteúdo apresentado na última seção. É, portanto, nas duas primeiras seções que o sentido e o significado do problema da reprodução são trabalhados e um caminho de síntese teórica pode ser alcançado.

O trabalho simultâneo de reconstituição do significado e de reelaboração do sentido do problema em investigação se demonstra como capaz de teorizar sobre a reprodução do capital social total na mesma medida em que oferece, no âmbito do pensamento, uma crítica às interpretações e soluções que se apresentaram como possíveis ao longo da História. A identificação entre teoria e história do pensamento, o lugar comum entre a verdade da consciência da coisa e a verdade da certeza de si mesmo, para usarmos os termos de Hegel, é trabalhada por meio de uma análise teórica e crítica que se vê implicada num duplo movimento. Rosa Luxemburgo se debruça tanto sobre a história da reprodução social capitalista quanto sobre a história da teoria capitalista da reprodução social, e, assim trabalhando a unidade entre o ser e o pensamento, acaba oferecendo uma síntese teórica que dialoga com questões de seu tempo a partir de uma perspectiva radicalmente diferente das que se colocaram na História de até então.

O que há de particular na proposta de reflexão aqui pretendida está justamente em lançar um olhar para a maneira como Luxemburgo trabalha a identificação entre teoria e história do pensamento. Diferentemente de outras propostas que já recuperaram o pensamento econômico desta autora, esta investigação procura explicitar como tal identificação conflui na direção de uma síntese-crítica de caráter revolucionário. Uma síntese que faz do trabalho de rememoração e reconstituição do movimento histórico do ser e do pensamento uma prática teórica e política que atua na direção da superação da problemática, e não na direção de sua resolução, ou na direção da sua simples compreensão.

O que este novo olhar encontra como um dos aspectos mais fecundos é o entendimento de que as reflexões de Luxemburgo não podem ser avaliadas segundo as questões que o pensamento econômico tradicional impõe como necessidade e regra da prática social que ele mobiliza, ainda que este diálogo seja extremamente frutífero. O seu ponto de partida, a sua cientificidade, o seu método, a sua política e a sua visão de mundo são de outra ordem, e é por meio dessas diferenças que se pode refletir sobre o que foi a contribuição de Rosa Luxemburgo. Por mais que a autora tenha trabalhado as questões que o pensamento econômico daquela época havia colocado como o norte do desenvolvimento teórico, tal trabalho está ancorado nos resultados e nas lacunas deixadas por Marx, e, em assim sendo, podemos observar que a relação teórica que Luxemburgo nutre com as questões da teoria econômica se deve à maneira como Marx elaborou a Crítica da Economia Política.

Isto nos permite reconhecer o seguinte: Mesmo objetivando a superação do problema da reprodução, a formulação teórica de Luxemburgo acaba tomando posições nas discussões sobre as teorias dos valores de troca e da distribuição e sobre as teorias da acumulação no longo prazo, e isto é observado justamente no trabalho de história do pensamento empreendido pela autora. Importantes conclusões sobre a dificuldade dos clássicos em identificar o que é o capital social total e a diferença entre o capital produtivo e a renda permitiram a Luxemburgo tomar um determinado caminho teórico como herança, em oposição a um outro caminho, o da economia vulgar. A versão da teoria do valor de Smith que mantém contato com a análise geral da Fisiocracia e que foi aprimorada por Marx graças a análise da reprodução simples e da compreensão da reprodução do capital constante é este caminho. Algo em oposição à economia vulgar que toma como ponto de partida a teoria dos preços de Smith e trata a reprodução do capital produtivo, seja ele o constante ou o variável, como fluxo de rendimentos operados pela troca de mercadorias entre as classes sociais ao longo do tempo.

Chega-se à conclusão de que a maneira pela qual Luxemburgo trabalha a identificação entre história do pensamento e teoria se caracteriza, num primeiro momento, pelo reconhecimento de que o sentido do problema da reprodução se dá naquilo que torna o modo de reprodução do capitalismo uma especificidade na história reprodutiva da humanidade. Isto é, o que é preliminarmente trabalhado é o sentido histórico da problemática tomada como objeto:

Na sociedade capitalista, observamos algo diferente. Em certos períodos, verificamos que, apesar de se apresentarem os meios de produção materiais, bem como a mão de obra necessária para o início da produção, e, não obstante, existirem exigências sociais insatisfeitas de consumo, mesmo assim parte da reprodução se interrompe totalmente e parte só se efetua de forma atrofiada. Contudo, nenhuma intervenção despótica é responsável, nesse caso, pelas dificuldades do processo de reprodução. O início da reprodução, nesse caso, não depende somente das condições técnicas, nem simplesmente das condições sociais. Depende, sobretudo, do fato de se fabricarem tão somente produtos cuja perspectiva de realização seja certa, isto é, que possam ser trocadas por dinheiro; que não só possam ser realizados, mas que o sejam com o lucro de magnitude habitual no país. O lucro, como meta e fator determinante, não domina, nesse caso, tão só e simplesmente a produção simples, mas igualmente a reprodução. Assim, preside não só o método e alvo dos respectivos processos de trabalho (bem como da distribuição referente do produto), como também estabelece a proporção e o sentido que tomará o processo de trabalho quando novamente retomado, após a conclusão de um período de trabalho anterior (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 9).

II. O sentido histórico da reprodução social capitalista e o problema da realização na controvérsia clássica.

Rosa Luxemburgo reconhece que uma das particularidades do modo de produção capitalista é a existência da troca como o único vínculo social que permite a conexão entre os vários produtores privados de mercadorias. O que torna o atendimento das necessidades sociais algo dependente das decisões destes produtores. Dado que isto é feito apenas com base nas experiências de períodos anteriores de trabalho, que são experiências privadas vivenciadas por cada produtor em particular, o atendimento das necessidades sociais se efetiva em meio aos excessos e insuficiências da quantidade total de mercadorias, produzidas num determinado fluxo de tempo, em relação à demanda

solvente (a demanda realizada ao preço normal). É deste caráter marcadamente privado, em oposição ao caráter social das necessidades gerais, que Luxemburgo busca apresentar a oposição que aparentemente determina o modo de reprodução capitalista. A oposição entre a ótica do capital social e a ótica do capital privado individual. Tomando apenas a segunda ótica como referência, o problema da reprodução se revela como uma contradição entre as condições individuais de produção e as condições sociais de realização, ou, em outros termos, podemos dizer que tal problema acaba sendo concebido como o problema da realização dos lucros de cada capital individual.

A reprodução, no entanto, sempre é reiniciada pelo produtor privado considerando a experiência obtida no período anterior de produção. No período seguinte podem resultar daí novamente, excessos e ou insuficiências já que ramos isolados da produção seguem caminhos próprios, podendo produzir-se, em alguns ramos, insuficiências, em outros excessos. Considerando-se, no entanto, a interdependência técnica existente entre quase todos os ramos singulares da produção, os excessos e insuficiências, em alguns ramos maiores e dominantes, provocam fenômeno igual na maioria dos restantes. Daí ocorrer, de tempos em tempos, alternadamente, excesso ou escassez geral de produtos, em relação à demanda da sociedade. Daí conclui-se de imediato que a reprodução na sociedade capitalista assume uma forma particular distinta de todas as outras formas históricas de produção. Em primeiro lugar, cada ramo da produção passa, dentro de certos limites, por uma fase independente de animação, que, intermitentemente, leva a interrupções maiores ou menores na reprodução. Em segundo lugar, periodicamente, as discrepâncias existentes entre a reprodução dos ramos isolados e as necessidades sociais somam-se umas às outras, resultando em uma incongruência generalizada seguida de uma interrupção geral da reprodução. A reprodução capitalista apresenta, assim, um perfil muito peculiar. Enquanto sob o regime de qualquer outra forma de economia e exceto no caso de intervenções exógenas impostas a reprodução se processa como circulação regular e ininterrupta, a reprodução capitalista, para utilizar uma conhecida expressão de Sismondi, pode ser representada por uma série de helicoidais distintas e contínuas, cujas espiras inicialmente pequenas vão aumentando progressivamente, sucedidas por uma contração a partir da qual a helicoidal seguinte novamente se inicia com pequenas espiras, formando a mesma figura, até chegar-se à interrupção.

A alternância periódica de expansões maiores da reprodução e suas contrações até a interrupção parcial, ou o que se denomina o ciclo periódico de conjuntura recessiva, auge de conjuntura e crise, é a particularidade mais marcante da reprodução capitalista (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 9).

Com o objetivo de formular o problema da reprodução do capital social total, a autora se vê na necessidade de afirmar o que pode ser desejado da primeira controvérsia sobre as crises, pois é neste primeiro momento de discussão que a ótica do capital individual acaba sustentando a ideia de que o conteúdo das crises diz respeito as desproporções entre a oferta e a demanda. O seu objetivo inicial é demonstrar que, por serem manifestações aparentes do problema da reprodução, as crises, entendidas como causadas por desproporções e desarmonia, são explicadas a partir da imagem que esta reprodução faz de si mesma.

O problema da realização dos lucros que cada capital individual enfrenta quando se vê diante da necessidade de venda de suas mercadorias no mercado é o que foi identificado pelos economistas que se opuseram a doutrina do equilíbrio harmônico de Say e Ricardo como o principal obstáculo à reprodução continuada da acumulação. Tanto Jean-Charles de Sismondi quanto Thomas Malthus apontaram a lacuna existente entre o produto total e o consumo social realizado por trabalhadores e capitalistas como o principal desequilíbrio da reprodução capitalista, e, em assim fazendo, deixaram claro o

quão associados à visão harmônica eles estavam, pois, o nível normal do produto em reprodução simples é o que permanecia como a referência garantidora da continuidade da reprodução ao longo do tempo. Em outras palavras podemos dizer que, mesmo reconhecendo a insuficiência de demanda, Sismondi e Malthus também reconheciam que o modo capitalista de reprodução dá conta do atendimento das necessidades básicas de consumo de todos aqueles que estão envolvidos diretamente no processo produtivo. Porém, diferentemente da teoria clássica, ambos os autores reconheciam a possibilidade de se solucionar o problema da reprodução, que é apreendido como uma manifestação generalizada do problema enfrentado pelos produtores individuais, mesmo que a longo prazo a reprodução ampliada do capital não pudesse ser afirmada.

Dado que tomam a aparência do fenômeno crise como o seu conteúdo, os economistas da escola de Ricardo acabam oferecendo como explicação para a causa das crises a própria desproporcionalidade entre as quantidades de mercadorias ofertadas e as quantidades de mercadorias demandadas. Fazendo da crise um fenômeno circunscrito às condições de circulação dos inúmeros capitais individuais, os economistas ricardianos, diferentemente de seus opositores, não reconhecem no problema da realização a causa das crises. Para estes economistas as desproporcionalidades entre oferta e demanda se resolvem no decorrer da própria reprodução na medida em que a renda não realizada em consumo será, em períodos subsequentes, realizada para fins de investimento, o que amplia conseqüentemente a produção, o consumo e a renda futuras. Logo, a reprodução ampliada do capital total não apresenta nenhum impedimento e a acumulação é explicada a partir das variações da taxa de lucro que permitem um ajuste entre a poupança e o investimento no longo prazo. O que ficou conhecido na literatura especializada como a Lei de Say é justamente este tipo de mecanismo que transforma os desequilíbrios entre a poupança e o investimento em momentos de ajuste da própria reprodução ampliada do capital total. Ajuste este que toma como condição normal de equilíbrio o nível do produto em reprodução simples.

Malthus e Sismondi, por sua vez, observam que os atos individuais de poupança são em si a causa para a acumulação de estoques de mercadorias não vendidas, haja visto que a poupança é um ato de não consumo presente e, conseqüentemente, as crises de realização podem se apresentar como um impedimento à acumulação do capital, não sendo possível afirmar a reprodução ampliada e continuada do capital total. A solução encontrada por estes dois últimos é a venda das mercadorias em estoque para outros consumidores. No caso de Sismondi estes outros consumidores são os países estrangeiros e no caso de Malthus são os membros da sociedade que não são nem capitalistas e nem trabalhadores produtivos (os consumidores improdutivos). Ainda que os autores envolvidos neste primeiro momento de discussão tomem a imagem que a reprodução capitalista faz de si mesma como o conteúdo das crises, os clássicos negam a ideia de que as crises impediriam a reprodução ampliada do capital enquanto que os seus opositores a afirmam como o problema a ser resolvido.

A venda do mais valor total para o estrangeiro e para os membros não integralmente associados à reprodução capitalista interna à Nação é uma solução que partilha com a teoria clássica da reprodução a ideia de que é possível ao modo capitalista de reprodução iniciar autonomamente um processo de expansão das condições produtivas determinantes da reprodução social a partir das condições próprias à reprodução simples, isto é, a reprodução orientada para o atendimento das necessidades sociais de consumo.

As consequências desta concepção que encara as crises como desproporções são duas. Uma de natureza política e outra de natureza analítica. Do ponto de vista político, as crises são compreendidas pela tradição de Say e Ricardo como momentos de desequilíbrio que podem ter como direção a própria superação desta condição, isto é, o reestabelecimento do equilíbrio entre oferta e demanda, enquanto Sismondi e Malthus apontam que a resolução das crises passaria por uma expansão do mercado que é atendido pela produção capitalista. Já do ponto de vista analítico o que se pode observar é a confusão entre o que é o capital social total e o que é o capital total, pois, a reprodução do capital como um todo é apreendida a partir do somatório dos vários capitais individuais. Contudo, o que fundamenta estas duas consequências não é só a consideração aparente do problema da reprodução, mas também, a concepção, compartilhada por todos estes pensadores, de que o sentido da reprodução capitalista é a ampliação do produto total, e não a acumulação do capital produtivo. O que Rosa Luxemburgo chama a atenção é o seguinte. Mesmo com as diferenças na afirmação sobre o que é a causa das crises e a resolução das mesmas, todos os pensadores envolvidos na controvérsia clássica trataram a reprodução capitalista como uma reprodução orientada para o atendimento das necessidades sociais de consumo, e parece ter sido isso o que substancia a ideia de que é possível ao capitalista iniciar autonomamente um processo contínuo de reprodução ampliada.

Como o processo de reprodução social sob o domínio do capital se apresenta como processo de circulação regular e ininterrupto, a controvérsia clássica sobre as crises se vê restringida a hipótese da reprodução simples e o sentido histórico da reprodução capitalista não pôde ser captado por inteiro. A maneira como estes pensadores veem a reprodução ampliada do capital total fica sucumbida a ideia de que são as variações no nível da produção efetiva em relação a produção total o ponto de partida da discussão sobre a acumulação do capital.

Do que se coloca em relação de diferença com esta forma de pensar a questão em tela, pode-se perceber quais são as relações sociais determinantes ao processo de reprodução do capital social total. O intuito de Luxemburgo, pelo menos neste primeiro momento da formulação do problema da reprodução em sua forma pura, é o de encontrar os desenvolvimentos e complexificações mais primevos; os mais enraizados e estruturais. O movimento de abstração se coloca em direção a essência e, ao tomar como ponto de partida a forma pela qual o real aparece sem confundir esta forma com a própria essência do problema, Luxemburgo observa que a reprodução simples não pode ser concebida como um fecho analítico preliminar e delimitar o que viria a ser o único terreno possível sobre o qual o problema da reprodução pode ser formulado. Para a autora, portanto, por mais que o problema da realização dos lucros e das crises seja um problema real, ele não é a essência do problema da reprodução.

É necessário, contudo, esclarecer, de antemão, que a alternância periódica das conjunturas e das crises, mesmo constituindo aspectos essenciais da reprodução, não representam o problema real, ou seja, o problema da reprodução capitalista propriamente dito. A alternância conjuntural periódica e as crises constituem a forma específica do movimento no modo de produção capitalista, mas não o movimento em si. Ao contrário, para representar o problema da reprodução capitalista em sua forma pura, devemos fazer abstração dessas alternâncias conjunturais periódicas e das crises. [...]. A alternância conjuntural periódica e as crises fazem com que a reprodução capitalista, como regra, oscile em torno do total das necessidades sociais solventes, ora subindo acima dessas necessidades, ora

descendo abaixo delas, quase à interrupção total. Entretanto, se considerarmos um período maior de tempo, um ciclo completo com as respectivas alternâncias conjunturais, contrabalançam-se os períodos exponenciais da conjuntura e as crises, ou seja, os momentos de super expansão da reprodução e os de depressão e interrupção. Daí obteremos como média do ciclo em seu conjunto uma grandeza média da reprodução. Essa média não é somente um conceito teórico, mas constitui também um fato real e objetivo. Pois, apesar dos altos e baixos conjunturais, apesar das crises, as necessidades sociais são, bem ou mal, satisfeitas; a reprodução segue adiante em sua marcha complicada e as forças de produção se desenvolvem sempre mais. Como então pode isso ocorrer, se desconsiderarmos as crises e alternâncias de conjuntura? Aqui começa o problema propriamente dito. A tentativa de resolver o problema da reprodução a partir da periodicidade das crises é, no fundo, tão próprio da Economia vulgar quanto a tentativa de resolver o problema do valor a partir das oscilações entre oferta e demanda. No entanto, veremos adiante como a Economia Política continuamente revelava essa inclinação, sem que disso tivesse plena consciência, ou intuisse o fato de que transformava o problema da reprodução inadvertidamente no problema da crise, fechando assim, para si mesma, o caminho para a solução.” (LUXEMBURG, 1913, [1985], p. 10).

Presentemente consciente do sentido histórico que o seu objeto de investigação possui, Luxemburgo capta o fenômeno em sua generalidade argumentando que, independentemente do caráter cíclico, a reprodução do capital social total, responsável pela reprodução das necessidades sociais, possui como característica determinante a permanência em meio às mudanças. Em sendo a reprodução das necessidades sociais algo que explicita o próprio devir humano sob a égide do capitalismo, a citação acima demonstra bem o porquê, para Luxemburgo, o conteúdo crítico da discussão sobre o problema da reprodução se fez presente em meio à discussão clássica sobre as crises. Como poderia uma tradição de pensamento que projeta a ideia de que o modo de reprodução do capitalismo é permanente e absoluto no tempo e no espaço lidar com a iminência, também permanente, de seu fim? É neste contexto de tensão científica e ideológica que o problema da reprodução começa a ganhar o seu protagonismo.

III. Marx e a Economia Política Clássica: a Crítica da Economia Política de Rosa Luxemburgo.

A efetividade da análise clássica se encontra submetida ao domínio da imagem que o capital forja para si mesmo, no entanto, é esta consciência que estabelece a Crítica da Economia Política de Marx como a ciência ponto de partida da intervenção de Luxemburgo. Por mais que se reconheça que o modo de reprodução do capitalismo permanece em meio às suas próprias mudanças, isto não significa entendê-lo como um absoluto no tempo e no espaço, mas, pelo contrário, nos permite compreendê-lo dentro de seus próprios limites históricos. A iminência de seu fim, tão presente nos momentos de eclosão das crises, não é só uma prova da irrealidade da imagem que o modo de reprodução do capital projeta de si mesmo, mas é também o que comprova que a essência deste modo de reprodução não é algo de puramente abstrato. A essência do modo de reprodução do capital se faz e refaz em meio a sua permanente mudança porque tal modo de produção, assim como qualquer outro, possui uma origem e uma História constituídos no próprio movimento do ser social. O capital é um modo histórico de reprodução justamente por ser um processo e uma realidade.

As análises sobre o valor, a distribuição, o produto, a renda e, principalmente, sobre a acumulação do capital são as análises basilares que fazem do pensamento clássico uma ciência parcialmente apropriada das condições técnicas e sociais de reprodução do capital social total. Orientadas para a investigação das causas do enriquecimento das nações, as mentes dos economistas clássicos decifraram as condições autônomas e fechadas em si mesmas da reprodução social. A hipótese da reprodução simples (a reprodução circulante do consumo social) é radicalizada por esta tradição cuja ótica de análise se limita a apreensão do caráter útil do trabalho social e ao esclarecimento do movimento do capital individual.

Com base nas relações de troca que garantem as condições físicas de continuidade da produção capitalista para o futuro, estes teóricos elucidaram a razão entre o tempo de trabalho vivo empregado na reprodução do produto não básico (o excedente) e o tempo de trabalho vivo empregado na reprodução do consumo produtivo necessário como uma chave analítica sem a qual não se poderia pensar sobre a reprodução capitalista do consumo social total. Do ponto de vista da análise desta reprodução em particular, as formulações clássicas se demonstraram como imprescindíveis porque apreenderam, compreenderam e expuseram as condições materiais de reprodução segundo a lei do valor, e é por isto que a compreensão da relação teórica de Marx com os economistas clássicos nos exige uma atenção especial.

Na mesma medida em que demonstra conhecer o sentido da Crítica da Economia Política, Luxemburgo concebe a análise histórica e dialética de Marx como um verdadeiro avanço científico em relação aos clássicos, mas, trata-se de um avanço que responde às questões deixadas em aberto pelos mesmos, ao mesmo tempo em que coloca tantas outras novas questões, porém, em uma direção distinta da que o pensamento clássico objetivava. O que, em boa medida, pode ser explicado pela relação de diferença que Marx nutre com a ciência e o método da Economia Política Clássica.

A partir do reconhecimento do quão sensivelmente crítica e criativa é a percepção de Luxemburgo, argumenta-se que o espírito da Crítica da Economia Política se apresenta no pensamento da autora como um tipo de análise crítica que reelabora as questões, substanciando-as como problemáticas em aberto, e fazendo da contradição histórica originária (a relação capital trabalho) o eixo de complexificação do processo em sua totalidade.

No momento em que a superação da contradição histórica originária é assumida como um vir a ser em latência, a identificação entre a teoria e a história do pensamento é trabalhada no que há de comum entre a teoria crítica que busca elucidar o que é a reprodução do capital social total² e a teoria revolucionária que busca fomentar o pensamento daquilo que viabiliza a superação desta contradição; isto é, daquilo que torna o vir a ser mais presentemente apropriado³. Este processo de elaboração teórica se coloca dentro do próprio movimento histórico do ser e do pensamento, mas, mais do que isso, se coloca como uma reflexão em relação de oposição e de negação da contradição histórica originária.

² As teorias críticas à análise clássica da reprodução formuladas por Sismondi, Malthus e Rodbertus no contexto da controvérsia clássica são as teorias trabalhadas por Luxemburgo neste caso.

³ As teorias sobre o desenvolvimento do socialismo no pensamento marxista russo são as teorias trabalhadas por Luxemburgo neste segundo caso.

Já no primeiro parágrafo do primeiro capítulo do *Acumulação do Capital* (1913) a autora situa o pensamento clássico e o de Marx como partes de um mesmo movimento histórico; o movimento do conhecimento científico. Reconhecendo que a discussão sobre a reprodução do capital social total ganha significados próprios com as análises de Quesnay e de Marx, Luxemburgo procura indicar como a existência de uma dificuldade na exposição exata do problema da reprodução está conectada ao próprio movimento histórico do ser e do pensamento.

A colocação marxista do problema da reprodução do capital social total constitui uma das contribuições perenes do autor à Economia Política teórica. É significativo que na história da Economia Política só se encontram duas tentativas de expor o problema com exatidão: na origem, a de Quesnay, pai da escola dos fisiocratas, e a de Marx, na solução. O problema nunca deixou de atormentar a Economia Política burguesa, mas ela nunca se conscientizou dele, sequer soube apresentá-lo em sua forma pura, isento de outras questões vinculadas ou não a ele, muito menos solucioná-lo. No entanto, dado o significado fundamental desse problema, pode-se, com base nessa tentativa, acompanhar até certo ponto o destino da Economia Política como ciência” (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 7).

Do que será explorado ao longo da exposição da autora, dois empecilhos analíticos são identificados como os mais importantes para o desenvolvimento científico do pensamento clássico sobre o problema da reprodução. A dificuldade em reconhecer, no agregado, as diferenças entre capital e renda num primeiro momento, e, quando o problema da reprodução não poderia ser mais negligenciado, a desconsideração de uma análise das condições gerais de produção e circulação do capital social total se colocou como uma dificuldade implacável.

Este último empecilho, em parte solucionado pelos esquemas analíticos elaborados por Marx, anos mais tarde, encontrará um significado particular no pensamento econômico russo de influência marxista. O entendimento de que a reprodução ampliada expressa a reprodução crescente e contínua da acumulação de capital produtivo total é o que mais caracteriza esta tradição de pensamento. Contudo, este tipo de entendimento faz referência, na verdade, ao processo extensivo de desenvolvimento das condições técnicas e sociais do modo capitalista de reprodução tanto no tempo quanto no espaço.

Do que nos parece ser a proposta teórica de Luxemburgo – a compreensão do problema da reprodução para a sua superação – a apreensão da conexão existente entre Marx e os clássicos é algo preliminar e necessário não só pelos avanços do autor em relação aos empecilhos antes mencionados, mas, sobretudo, por trabalhar a problemática sob novos termos e método. A compreensão das relações de troca entre os valores de uso como a base material sobre a qual a reprodução física do consumo social pode ser levada adiante é o que foi aqui identificado como esta conexão. Sem isto, a análise das condições capitalistas de reprodução não poderia incorporar a capacidade da lei do valor em promover a simultaneidade das reproduções física e social do consumo total⁴ por meio dos inúmeros atos de troca. Isto é, não seria possível teorizar sobre um modo autônomo de reprodução do consumo social que é dado pelas próprias condições capitalistas de produção.

⁴ O consumo produtivo necessário mais o consumo do produto excedente.

É, portanto, o próprio modo de reprodução do capital que fomenta a imagem da reprodução simples como absoluta e universal – como um modelo – que tem como característica mais peculiar a abstração da natureza como elemento comum a todo processo material de reprodução. A capitalização dos recursos naturais é confundida com a acumulação de trabalho passado incorporado aos meios de produção, e a natureza só entra como meio de produção na reflexão clássica sobre o processo produtivo quando já se observa alguma atuação de trabalho social anterior sobre a mesma.

Do ponto de vista da história do pensamento econômico isto nos remete diretamente às discussões clássicas sobre o valor e os preços e como esta discussão se associa a teoria clássica da reprodução. Isto porque o problema do valor surge como questão justamente pela necessidade de se medir o diferente conjunto de mercadorias componentes do produto total, sejam elas meios de produção ou meios de consumo, em termos de valor. A teoria de Ricardo é a que melhor representa o efeito analítico do classicismo burguês, e por este motivo vale a pena nos debruçarmos um pouco sobre ela, e isto é importante devido ao fato, identificado por Luxemburgo, de que a teoria clássica da reprodução imagina ser possível garantir a acumulação no longo prazo com base apenas nas condições de produção garantidoras da reprodução simples.

A teoria da acumulação de Ricardo permite afirmar um modo contínuo de reprodução do capital social total no momento em que ela esclarece que esta continuidade depende da transformação simultânea do lucro poupado e da renda líquida poupada em salário e capital produtivo nos setores responsáveis pela reprodução do consumo necessário. Luxemburgo observa que surge com Ricardo a possibilidade de se formar uma imagem rósea da reprodução ampliada do capital social total no longo prazo. O que seria a própria negação da realidade do problema da reprodução haja visto que Ricardo superpõe a relação capital produtivo/produto total com as relações salário/lucro e consumo necessário/consumo supérfluo. Do ponto de vista da demanda este processo de expansão continuada do capital total teria como resultado a expansão do consumo de mercadorias não básicas em relação às mercadorias básicas, ainda que, em absoluto, a quantidade de mercadorias básicas consumidas pelos trabalhadores produtores dos bens salário crescesse a taxas mais aceleradas.

No *Ensaio do Trigo* de 1815, Ricardo expõe uma teoria da renda da terra que representa bem o processo extensivo da reprodução capitalista. Revelando a extração da mais valia relativa sob a forma da renda diferencial, a extensão da ótica individual para o agregado dependia do entendimento de que é a própria concorrência entre os capitais produtivos a determinante de uma taxa equalizada de lucro. A associação direta entre os valores de uso e os valores de troca é evidenciada, pois, para o autor, a distribuição do produto social entre as classes é algo capaz de explicar os valores de troca das mercadorias que são fruto de trabalhos anteriores.

A maneira como Ricardo trabalha esta mesma questão em seus *Princípios* pode ser captada na sequência de reedições pelas quais o capítulo sobre o valor passou. O movimento do pensamento de Ricardo revela a dificuldade em superar o que ficou conhecido como o problema do valor, e com isso se observa uma dualidade em sua obra. Ao mesmo tempo em que a sua associação direta entre o valor de uso e o valor de troca o permitiu visualizar como a relação inversa entre o consumo necessário e o produto excedente pode se manifestar numa economia de reprodução autônoma do capital

produtivo, ela também o fez perder de vista as extrações de renda absoluta capazes de alterarem o nível normal do capital social total.

A única interpretação possível para a teoria da acumulação de Ricardo que permite conciliar o seu avanço (a sua teoria da renda da terra e dos lucros) com o seu retrocesso (a teoria dos preços ancorada nas relações de troca entre valores de uso) é a que reconhece que, a nível das trocas dos capitais individuais, a associação direta entre valores de troca e valores de uso - determinante da necessidade de conceber as composições físicas dos diferentes capitais produtivos em proporções fixas e iguais entre si - , não é a mesma coisa que afirmar que o preço de produção é dado pela soma direta das rendas associadas as diferentes classes sociais coparticipantes do processo de produção social. A teoria do valor e dos preços de Ricardo nada mais é do que a afirmação de que as variações dos valores de troca são independentes da relação salário/lucro manifestada na relação entre capital produtivo/produto.

O tipo de crítica que Ricardo faz a teoria do preço de Smith é justamente o que o permitiu observar a necessidade de investigar os lucros e a acumulação de capital e assim apresentar uma reformulação da teoria da parcimônia de Smith que fosse compatível com o entendimento de que a origem dos lucros totais residia, em última análise, na capacidade de toda a classe capitalista acumular trabalho passado em relação ao tempo de trabalho presente. A concorrência entre os fluxos de poupança e os de investimento surgem como a chave para que Ricardo determine uma taxa geral de lucro associada a um determinado nível de produção. A afirmação da Lei de Say no capítulo 21 dos *Princípios* refere-se a uma lei de equilíbrio que torna o não consumo presente em trabalho passado incorporado aos meios de produção.

Já no capítulo anterior, a crítica que Ricardo faz a Say sobre a sua má compreensão da diferença entre valor e riqueza em Smith mostra que, mesmo adotando a lei de equilíbrio de Say para aquilo que é apenas capital produtivo circulante, o autor também reconhecia que as decisões de gasto da renda não são determinadas pelos preços de produção dos capitais constante e variável. Isto porque a existência da possibilidade dos salários aumentarem junto do aumento da produção total era suficiente para Ricardo ver que a redução relativa dos lucros totais apropriados só poderia ser causada por elevações nos salários reais. Assim, portanto, se observa a possibilidade de sustentar uma análise integral em Ricardo apenas quando se reconhece que a sua reformulação da teoria smithiana da acumulação, agora ancorada em sua reflexão sobre os lucros, é uma teoria sobre a continuidade do processo de acumulação. Uma teoria da reprodução ampliada caracterizada pela expansão da riqueza capitalista a taxas mais aceleradas do que a expansão da riqueza acumulada que é útil a reprodução da classe trabalhadora. A expansão da taxa de mais valia é mais acelerada do que a expansão da taxa de lucro visto a possibilidade de se transformar a renda líquida em capital produtivo através da expansão do consumo supérfluo. Pela mente de Ricardo é possível afirmar que na História das teorias sobre a reprodução ampliada a compreensão clássica sobre o desenvolvimento do capitalista se caracteriza por uma visão endógena da acumulação do capital produtivo dado que reconhece o papel do gasto advindo da renda líquida.

Do que é exposto por Luxemburgo acerca da relação entre Marx e os clássicos, observa-se que a hipótese da reprodução simples, que tanto caracteriza a análise clássica, é tomado por Marx como algo que representa as condições internas de reprodução do consumo social total. O diálogo crítico que Marx faz com Smith em sua análise da

reprodução simples apresentada no Livro II ilustra bem o que é a contribuição da análise clássica para a teoria da reprodução social, na mesma medida em que serve de norte para uma melhor apropriação da Crítica da Economia Política de Marx. As condições internas de reprodução do consumo social total são atendidas por meio das relações de troca identificadas como basilares pelos teóricos clássicos. O esquema simples é assimilado, portanto, como representação de uma totalidade lógica, regular e fechada em si mesma, que determina o domínio da análise das condições capitalistas de reprodução do consumo social total. O que é uma análise específica e distinta da análise das condições de reprodução do capital total.

IV. A história do pensamento econômico e a reprodução do capital social total: A teoria de Luxemburgo.

O que se constatou, a partir da percepção desta diferença nos dois âmbitos da análise mais geral da reprodução do capital social total foi a compreensão de que é esta a questão que conecta a análise teórica de Luxemburgo com o seu trabalho de história do pensamento econômico. Um dos resultados mais importantes deste último é a identificação de uma mudança de significado que a análise do problema da reprodução adquire com a controvérsia russa em relação ao significado posto na controvérsia clássica. Por girar em torno das condições capitalistas de reprodução do consumo social total a controvérsia clássica, na visão de Luxemburgo, é a que carrega as condições necessárias e apropriadas para a elaboração e exposição do problema da reprodução em sua forma mais elementar.

Na concepção da autora, esta forma mais apropriada de exposição do problema foi parcialmente realizada por Marx, mas, no pensamento russo, que faz da teoria de Marx uma referência analítica, o foco sobre as condições de reprodução do capital total lima a possibilidade de formular e de expor o problema na sua forma pura⁵. Neste segundo filão de discussão, o problema da reprodução se transfigura no da acumulação de capital produtivo total, e, conseqüentemente, a questão deixa de ser o modo pelo qual o capital social total se reproduz e passa a ser os determinantes técnico e produtivo do desenvolvimento econômico.

Para a análise dialética e materialista histórica de Luxemburgo essa diferença entre as condições de reprodução do consumo social e as de reprodução do capital total tem como fundamento a contradição histórica inerente ao modo de reprodução da sociedade capitalista. A contradição entre as condições de produção e de realização do capital social total. Nascida da relação capital trabalho, esta contradição tem o seu sentido conscientemente vivenciado na força de vida que o capital empreende com o objetivo de reproduzir esta contradição, tanto no tempo quanto no espaço.

Fazendo da reprodução de sua própria contradição o sentido da existência social, o modo contraditório de reprodução do capital delega ao pensamento econômico que lidou com o problema da reprodução o desafio de oferecer como solução a reprodução da própria contradição. É com esta clareza em mente que se pode afirmar que a teoria do modo de reprodução do capital social total de Rosa Luxemburgo é uma teoria crítica que

⁵ O que não significa dizer que os economistas russos não possuíam alguma percepção sobre o que havia de continuidade e o que havia de diferença na relação de Marx com os economistas clássicos.

diz respeito à maneira pela qual o capital reproduz a sua própria contradição. Isto é, a maneira pela qual o capital “soluciona” o problema da reprodução é a maneira que o permite reproduzir, no tempo e no espaço, a sua própria contradição. Assim sendo, observa-se que a reflexão sobre o problema da reprodução é permanentemente recolocada tanto no ser quanto no pensamento.

A investigação sobre esta contradição é o que persuade o pensamento econômico do início do século XX a encarar o ponto de contato entre as análises da reprodução do consumo social total e a da reprodução do capital total como o *locus analítico* sobre o qual se pode fazer alguma inferência acerca da solução do problema da reprodução. Eclipsando a percepção da contradição inerente e apresentando o problema da reprodução como algo passível de ser solucionado através da unidade entre as condições de reprodução do consumo social total e as condições de reprodução do capital total, este *locus analítico* faz com que a problemática em análise seja ressignificada por teóricos não marxistas na mesma direção que o pensamento russo marxista também o fez.

Ao transformar o problema da reprodução no problema da acumulação do capital produtivo, o pensamento econômico do início do século XX, seja ele o marxista ou não, passa a compreender os determinantes do investimento como a questão central para o desenvolvimento de teorias gerais sobre a reprodução do capital social total. Discutido por Luxemburgo no sentido de lançar luz sobre a diferença entre a reprodução simples e a reprodução ampliada, este ponto de contato, quando concebido a partir dos determinantes do investimento, faz da reprodução ampliada do consumo social total a própria reprodução ampliada do capital total. O que já é uma primeira grande diferença da abordagem de Luxemburgo em relação ao que se verificou no decorrer do movimento histórico do pensamento econômico no século XX.

Dentre as teorias não marxistas que seguiram este caminho as que afirmam o caráter dual do investimento são as que melhor trabalham a unidade entre as condições de reprodução do consumo social total e as condições de reprodução do capital total. O investimento, enquanto gasto, amplia o produto no curto prazo e no longo prazo amplia a capacidade produtiva (o trabalho passado acumulado nos meios de produção). O que o duplo caráter do investimento promove como reflexão é a ideia de que é possível fazer do crescimento contínuo das condições de reprodução do consumo social a própria reprodução ampliada do capital total. A análise da reprodução simples é transformada, desta forma, no ponto de partida lógico e necessariamente requerido para que a análise da reprodução ampliada se concretize.

Em contraposição à maneira como Ricardo determina o nível do produto (baseado na Lei de Say), estes teóricos que fazem da reprodução simples o ponto de partida da análise da reprodução ampliada acabam reconhecendo o problema da reprodução a partir das variações do nível do produto⁶. O que os permite perceber o papel que a demanda efetivamente gasta pelo capital social total possui na determinação do nível do produto, indicando como este nível pode ser diferente do nível do produto potencial, que é uma

⁶ Esta interpretação é a forma específica pela qual os teóricos da demanda efetiva do século XX procuraram dar algum fundamento ao problema da reprodução. A reflexão destes teóricos tem como lugar comum, na verdade, a questão da realização do mais valor total, que é uma questão parcialmente conectada com o problema da reprodução. Esta forma de trabalhar o sentido teórico do problema da reprodução está necessariamente condicionado ao tipo de limitação que a análise da reprodução do consumo social total impõe ao pensamento clássico. Jean Charles Sismondi é o autor que, na opinião de Luxemburgo, melhor representa esta limitação.

quantidade relacionada ao volume de capital total acumulado. Tornando as questões da determinação e do ajustamento entre a poupança e o investimento as duas bases fundamentais sobre as quais se pode identificar a diferença entre as análises da reprodução baseadas na lei harmônica de Say e as baseadas no Princípio da Demanda Efetiva. Os teóricos que adotam tal princípio também acabam fazendo da análise da reprodução do consumo social total o ponto de partida lógico da análise da reprodução ampliada do capital total.

O que se apresenta como não consumo é pensado em conexão direta com o valor acumulado nos meios de produção. A teoria clássica da parcimônia ganha pelas mãos de Ricardo a possibilidade de se formular sobre os ajustes entre poupança e investimento em termos de oferta e demanda, sendo que, o papel das variações dos preços na distribuição do produto social total aparece como uma imputação, possivelmente explicada por este subjugando da análise do capital social total à ótica do capital privado individual que tanto caracteriza o pensamento de Ricardo. Ainda que este não tenha assumido a teoria smithiana dos preços e a sua consideração física do produto social seja fundamental para o tipo de extensão que ele identificará com a sua teoria da renda da terra, o capital social acaba sendo perdido de vista e confundido com o capital total. A necessidade da análise ricardiana em estabelecer os valores de troca a partir das relações entre valores de uso abriu brechas para que se pudesse pensar que Ricardo afirma uma relação direta entre a distribuição do produto entre as classes e as variações nos valores de troca; como se Ricardo não estivesse considerando a relação inversa entre salário real e lucro para o agregado da economia.

A análise das variações relativas ganha a dimensão do capital social total⁷, e a oposição que a escola ricardiana enfrentará à época da controvérsia clássica sobre as crises colocará como problemática central a realização do mais valor. O que abre a possibilidade de se investigar a relação entre a poupança e o investimento em termos das variações na quantidade totalmente demandada, caso se reconheça a diferença, para o agregado, entre a circulação simples de mercadorias e a circulação do dinheiro como capital. Como é implicitamente assumido a ideia de que o sentido da acumulação capitalista é o crescimento do produto social total, o ajuste entre poupança e investimento, explicitado como necessidade lógica por Ricardo, se mostra prisioneiro da conexão entre não consumo e acúmulo de trabalho passado nos meios de produção.

A relação entre a poupança e a capacidade produtiva ociosa se apresenta como a questão a ser respondida por estes teóricos que criticam a Lei de Say como o mecanismo que necessariamente faz da poupança o fluxo de renda sobre o qual o investimento é explicado e a acumulação de capital produtivo é realizada. Para os teóricos da demanda efetiva o gasto em investimento é afirmado como o determinante da poupança, e é a demanda efetivamente gasta que viabiliza uma análise dinâmica da reprodução ampliada com base nos ajustes da oferta em relação à demanda, em diferença com a análise baseada na Lei de Say que argumenta este ajuste de modo inverso, e afirma, na sua versão mais vulgarizada, uma tendência geral ao equilíbrio de todos os mercados.

Entendendo os determinantes do investimento como a questão que alinha a reprodução do consumo social total à reprodução do capital total, os teóricos críticos à Lei

⁷ Ver a seção X.A do volume II do *Teorias da Mais Valia* de Marx, em especial a subseção intitulada “Ricardo e a questão do valor “absoluto” e “relativo”. Sua incompreensão das formas do valor”.

de Say do século XX acabam admitindo a possibilidade abstrata de fazer da expansão contínua da demanda por consumo, da renda, do produto e do emprego a condição absoluta sobre a qual a acumulação do capital produtivo pode ser realizada junto à reprodução ampliada do capital total⁸. O que está por detrás dessa ideia é a visão de que a reprodução do capital social total diz respeito apenas ao caráter exclusivamente circulante da reprodução do capital produtivo, o que pode ser encarado como uma confusão entre o que é o capital em geral e o que é o capital produtivo; algo restrito à ótica do valor de uso e do caráter útil do trabalho social.

Ainda que estes teóricos sejam capazes de explicar como a demanda efetiva determina o nível do produto, ao tomarem a reprodução do capital produtivo como um fluxo de renda no tempo, estes mesmos teóricos fazem com que a questão dos determinantes do investimento esteja subjugada à ideia de que o sentido da reprodução social no capitalismo é a ampliação do consumo social total, isto é, o crescimento da produção total e interna de mercadorias. A acumulação do capital produtivo nasceria, portanto, da expansão da demanda por consumo capaz de promover o crescimento do produto total no longo prazo. Os limites reais que a ampliação da reprodução do consumo social total apresenta não podem ser totalmente assimilados, pois, em abstrato, a capacidade do gasto em investimento corresponder à expansão continuada da demanda efetiva é o que faz da reprodução ampliada do capital total – o investimento enquanto aumento da capacidade produtiva – uma consequência da ampliação continuada do consumo, do produto, do emprego e da renda.

O que as teorias sobre o investimento baseadas no duplo caráter do investimento fazem é mascarar as diferenças existentes entre a reprodução circulante do capital produtivo e a ampliação da base fixa sobre a qual o modo de reprodução do capital social total estabelece o seu domínio. É fato que, no longo prazo, pode-se dar continuidade a expansão da capacidade produtiva caso o aumento contínuo da demanda efetiva total promova mudanças nas condições técnicas de reprodução que ampliam a produtividade geral do trabalho social. Porém, esta possibilidade lógica só pode ser defendida admitindo a hipótese de que os ganhos de produtividade viabilizados pelo aumento da composição técnica do capital sejam resultado direto e exclusivo da expansão da demanda efetiva total. O que é o mesmo que associar a expansão absoluta da taxa de mais valor à expansão absoluta da relação salário/lucro. O aumento da composição técnica do capital, neste caso, não poderia se dar por meio da expansão absoluta da propriedade dos capitalistas sobre novos meios de produção e, fundamentalmente, sobre novas terras, novos recursos naturais e força de trabalho livre.

Ou seja, é como se o crescimento do produto, do emprego e da renda, causado pela contínua expansão da demanda efetiva total gera-se uma reprodução ampliada autônoma

⁸ É importante ressaltar que são apenas alguns dos teóricos da demanda efetiva que seguem por este caminho. Atualmente, apenas dois grupos se estabelecem com força nos debates sobre o que poderíamos caracterizar como as teorias da demanda efetiva no longo prazo. Os que se inspiram na Escola de Cambridge de fundamentação marshalliana almejam como síntese a integração da teoria do produto baseada no Princípio da Demanda Efetiva com as teorias clássicas do valor e da distribuição; e os que se inspiram na reformulação de Michael Kalecki dos esquemas marxistas da reprodução social e de sua análise dos determinantes do investimento. O que ambas as posições possuem em comum é a identificação do duplo caráter do investimento como a questão que possibilita uma análise integrada da acumulação do capital produtivo com a reprodução ampliada do capital total. No que diz respeito à tradição da Escola de Cambridge ver Milgate (1982), Eatwell e Milgate (1983), Robinson (1960, 1979, 1981). Já em relação à tradição kaleckiana ver Miglioli (2004) e Kalecki (1977, 1980).

da riqueza em propriedade da classe capitalista, admitindo, desta forma, a expansão da concorrência como a condição absoluta que faz operar a concentração e a centralização do capital como tendências próprias à reprodução ampliada do capital total. Como se a ampliação da riqueza capitalista na forma de meios de produção com mais trabalho incorporado fosse suficiente para fazer da reprodução ampliada do capital total a reprodução ampliada do capital social total⁹. Esquece-se completamente que, em realidade, para que seja possível algum tipo de reprodução ampliada autônoma da riqueza capitalista é necessário o aumento absoluto da apropriação de riqueza não capitalista pelos capitalistas. Para que a reprodução ampliada do capital total se perpetue no tempo e no espaço seria necessário que a expansão continuada do produto total, determinada pela contínua expansão da demanda efetiva, conduzisse a uma ampliação absoluta, combinada à uma relativa, da riqueza em propriedade dos capitalistas.

A expansão absoluta da riqueza sob o domínio da classe capitalista é feita pelos mecanismos de apropriação da riqueza não capitalista em posse dos trabalhadores, dos arrendatários, das “terceiras pessoas” e daqueles que não se reproduzem nem de modo associado à relação capital trabalho. A continuidade da reprodução ampliada do capital social total seria determinada, em última instância, pela expansão do poder de compra criado a partir da liquidação da riqueza em posse de todos estes segmentos. Em outras palavras, pelo gasto exógeno ao fluxo circular e interno da renda capitalista que realiza a capitalização da riqueza não capitalista. Não se reconhece, portanto, a diferença e a relação entre a capitalização do mais valor e a capitalização da riqueza genérica (força de trabalho e natureza livres).

V. O lugar de Luxemburgo na História do Pensamento Econômico: Uma síntese possível.

Do que foi exposto até aqui, podemos já estabelecer alguns traços gerais que tornam a contribuição de Luxemburgo uma contribuição particular e que não foi totalmente contemplada com o que o pensamento econômico produziu em sequência, ainda que possua alguns pontos de contato. No intuito de esclarecer um pouco mais sobre esta particularidade, observa-se qual é a provocação que a reflexão de Luxemburgo realmente incita em relação ao movimento histórico do pensamento econômico pós Marx. O que havia de esclarecedor no pensamento clássico, e que foi desenvolvido na Crítica da Economia Política, pode ser tomado a partir de objetivos contrários aos avanços científicos que a contribuição de Marx propiciou. Problemas de ordem metodológica e teórica foram gerados tanto para a compreensão do objeto em investigação, quanto para a sua exposição exata. Consequentemente, a discussão sobre o problema da reprodução se viu delimitada por um único propósito. O propósito da descoberta de sua solução.

A controvérsia russa demonstra que o uso da Crítica da Economia Política como teoria analítica pavimentou o caminho para a descoberta de soluções abstratas do problema da reprodução. Fazendo das condições técnicas de reprodução o absoluto da análise do processo histórico, os teóricos russos passaram a conceber o esquema da reprodução ampliada, que, em se tratando de um esquema analítico já é em si uma abstração, como a própria solução do problema, transformando assim, como já dito, o problema da reprodução no problema da acumulação do capital produtivo. Devido a

⁹ A realização da mais valia capitalizável segundo os termos da formulação de Luxemburgo.

possibilidade de pensar a reprodução ampliada do consumo social total como a própria reprodução ampliada do capital total, a forma aparente da reprodução capitalista se reapresenta, agora sob os termos dos esquemas de Marx, como um processo autônomo, controlável e progressivo.

Esta capacidade de fazer da reprodução ampliada do consumo social total a reprodução ampliada do capital total é, de fato, uma importante característica do modo imperialista de reprodução do capital social total, no entanto, o que os teóricos russos fazem é explicar esta característica através de soluções *deus ex machina*¹⁰. Tais soluções nos levam a crer que é possível ao capital social total começar a se reproduzir de modo ampliado e contínuo no espaço e no tempo, tendo como ponto de partida as condições internas de reprodução do consumo social. Isto é, a reprodução ampliada do capital social total nasceria das condições capitalistas de reprodução do consumo social total, sendo que, a essência concreta do problema da reprodução reside justamente nestas últimas condições¹¹.

Na concepção de Luxemburgo este tipo de confusão possui referência no texto de Marx, embora seja algo em dissonância com os resultados teóricos fundamentais da Crítica da Economia Política e, principalmente, com o que é a ciência e o método de Marx

Com isso, teríamos saído da dificuldade. Mas não é difícil identificar a circunstância que nos facilitou a solução: Marx aborda a acumulação, nesse caso, em sua primeira fase, *in statu nascendi*, brotando como flor da reprodução simples. Do ponto de vista da amplitude do valor, a produção ainda não sofreu ampliação alguma; somente sua organização e seus elementos materiais encontram-se dispostos em ordem diferente. Por isso não é de admirar que também as fontes de dinheiro apareçam como suficientes. Mas a solução encontrada só vale para o momento em que se verifica a passagem da reprodução simples para a reprodução ampliada, ou seja, para um caso concebido apenas em teoria e que não pode ser levado em consideração na realidade (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 87).

O real objetivo de Luxemburgo parece ser, na verdade, demonstrar que, apesar da melhor exposição do problema da reprodução feita por Marx, o uso de recursos analíticos substanciou a falsa imagem de que, na realidade, a reprodução ampliada do capital social total seria algo autômato e dependente apenas da ampliação do poder de compra via expansão do crédito. Uma decisão autônoma assegurada pelo poder que a classe dominante possui sobre a circulação capitalista do dinheiro. O que marcaria uma visão radicalmente circulante da reprodução do capital produtivo, indo ao encontro das formulações vulgares que tanto faziam questão de imputar esta visão ao pensamento clássico. Algo diretamente oposto ao entendimento de Marx sobre o que é o capital produtivo (capital constante e capital variável), e até mesmo sobre o que é a essência do capital em geral para este autor.

Todavia, o conteúdo abstrato destas soluções dos teóricos russos tem a ver com o caráter primordial e antecedente das decisões de gasto da classe proprietária (a única classe logicamente capaz de realizar o investimento), sejam estas decisões orientadas diretamente para a ampliação da capacidade produtiva, ou orientadas para a ampliação

¹⁰ Diferentemente dos economistas clássicos britânicos, os teóricos russos foram capazes de reconhecer o problema na realidade, ainda que alguns tenham tido dificuldade na formulação exata do problema.

¹¹ Segundo Luxemburgo, a apreensão da essência concreta do problema da reprodução é feita, ainda que de modo limitado, por Sismondi. A discussão sobre a compreensão desta problemática se dá no bojo da controvérsia desde autor com os economistas clássicos que sequer identificavam o problema em suas teorias.

do consumo de mercadorias finais que induzem o investimento por meio do crescimento da demanda efetivamente gasta. O que ambas as decisões de gasto fazem é conceber o princípio do gasto, que é um princípio que diz respeito à reprodução do capital em geral, como uma solução extrínseca e primária do problema da reprodução.

Condicionado ao fecho que a análise da reprodução do consumo total põe a si mesma com a hipótese de que o sentido da reprodução pode ser representado pelo esquema simples, o entendimento do problema da reprodução é ainda mais obscurecido pela concepção de que as decisões autônomas de gasto da classe dominante seriam as que realizariam o mais valor total e promoveriam assim, pelo crescimento do gasto, o crescimento do produto. O poder da classe proprietária sobre a circulação do dinheiro como capital seria suficiente para garantir a realização do valor excedente total, sendo que, este último é compreendido como um conjunto de mercadorias que não são consumo produtivo necessário, dada a hipótese da reprodução simples. O fluxo interno que faz da renda gerada a renda consumida é dado na troca entre os dois departamentos do esquema de reprodução (o de meios de produção e o de meios de consumo), e é este fluxo o dito como a lei de troca básica que garante a reprodução do produto social total, tanto em termos de valor quanto em termos de valor de uso. Isto porque, ao garantir a reprodução do consumo necessário, este mesmo fluxo também promove a reprodução do produto total.

Esta lei de troca básica entre os dois departamentos, que fora antes identificada por Marx como uma condição física da reprodução, é assimilada apenas nos termos da troca equivalente de valor, e, com ela, se assume implicitamente que o objetivo da reprodução ampliada seria o de aumentar a parcela do produto gasta em consumo produtivo não necessário. Estabelecendo assim a possibilidade de fazer da reprodução ampliada do capital total a solução do problema da reprodução. Como se a capacidade autônoma de expansão do poder de compra fosse não só suficiente para a expansão do produto, do emprego e da renda, como também, para a continuação desta mesma expansão. O que exigiria, em realidade, a ampliação das condições físicas e em valor da reprodução do capital constante, dado que a reprodução deste capital depende de uma dupla ação. A transferência de valor para a mercadoria final (mensurada por amortizações), assim como da incorporação de mais trabalho passado à capacidade produtiva (a verdadeira poupança).

A reprodução do capital constante acaba não sendo vista como um empecilho à reprodução ampliada do capital total dado o fato de Marx ter revelado qual é a lei de troca básica sobre a qual se deve intervir para que a produtividade do trabalho social continue crescendo junto ao crescimento da composição orgânica do capital produtivo. O que é, na verdade, uma das condições técnicas de ampliação da reprodução física do capital total. O progresso técnico se realiza como um fim em si mesmo, e a diferença entre as condições técnicas e sociais da reprodução são sublimadas. Porém, o que está por detrás desta forma de aglutinação da ótica da circulação do dinheiro como capital com a lei de troca básica entre os departamentos, que tanto caracteriza o pensamento russo marxista, é uma percepção limitada da reprodução do capital produtivo. Limitada à ótica da circulação do capital produtivo. O que só reforça a ideia de que é esta ótica que fomenta o entendimento de que a reprodução ampliada do capital total poderia nascer das condições que são inerentes à reprodução do consumo social total.

O que é identificado como a essência concreta do problema da reprodução na análise da controvérsia clássica passa a ser encarado, pelos teóricos russos, como uma condição técnica dada, sem a qual a reprodução ampliada não poderia ser realizada. O progresso técnico passava a ser concebido como uma necessidade, justamente por ser capaz de superar o problema da reprodução, e a sua operacionalização depende das decisões autônomas da classe dominante no sentido de realizar o capital sobre produzido, dadas as condições técnicas do capital total. As relações aritméticas do esquema da reprodução ampliada se consolidaram junto ao pensamento econômico russo como o caminho de um progresso técnico que dava conta de expandir as relações de troca fundantes da reprodução simples.

Por mais que, do ponto de vista lógico, a primazia do gasto seja fundamental para se compreender o movimento de reprodução do capital social total em sua generalidade, ela não é suficiente para se compreender como a efetividade do gasto (a realização do poder de compra) pode conduzir à uma reprodução ampliada do capital total através da ampliação da reprodução do consumo social total sem que isso requeira, a longo prazo, a apropriação crescente de novas terras, novos recursos naturais e forças de trabalho distintas das que o capital teria a sua disposição imediata. Ou seja, sem requerer a ampliação de elementos materiais mais permanentes que estão para além do domínio próprio e comum à reprodução capitalista.

Este importante ponto da crítica de Luxemburgo é o que nos permite observar que a visão teórica da autora se caracteriza, fundamentalmente, por um entendimento acerca das diferenças de reprodução do capital constante em relação ao capital variável e do capital fixo em relação ao capital circulante. É nesta percepção que se deixa indicado o quanto que a compreensão e a exposição corretas do problema da reprodução exigiam a identificação da diferença entre a reprodução do consumo social total e a reprodução do capital total, e a análise da relação entre ambas. O que assenta as bases para uma teoria da reprodução do capital social total que, ao considerar estas diferenças, acaba trabalhando como a unidade entre a produção e a circulação do capital e como a unidade entre as condições técnicas e sociais de reprodução determinam a expansão continuada do modo capitalista de produção e organização da vida social.

Do ponto de vista do movimento histórico do pensamento econômico, a teoria de Rosa Luxemburgo se sustenta como uma terceira formulação sobre o problema da reprodução, em diferença com as formulações dos teóricos marxistas russos e dos teóricos da demanda efetiva. Por mais que o ponto de contato das três formulações possa ser argumentado como tendo origem na Crítica da Economia Política de Marx, a proposição de Luxemburgo é a única que não toma a reprodução do capital social total sob a hipótese de domínio absoluto e universal da relação capital trabalho no tempo e no espaço. O que é aqui entendido como a crítica teórica central do trabalho de história do pensamento e de análise teórica de Luxemburgo. Tal crítica, no entanto, é também a manifestação do crivo pelo qual o movimento histórico da reprodução capitalista será teorizado na seção III¹².

O Imperialismo surge assim como o modo de reprodução do capital social total que dá o sentido e o significado históricos da reprodução capitalista justamente porque este é o único modo de reprodução que pode crescer e se sustentar continuamente na relação espaço tempo. Ele é o único capaz de fazer da reprodução ampliada do consumo social

¹² Isto fica nítido na passagem do capítulo 26 para o capítulo 27 do *Acumulação do Capital* (1913).

total a reprodução ampliada do capital total, dado que o único que pode manter o crescimento escalar da Grande Indústria via expansão dos mercados externos¹³. A tendência histórica de reprodução do capital social total é definida, portanto, pela capacidade e pela força com que o Império do Capital - para fazermos uso da expressão de Ellen Wood - faz avançar a acumulação por espoliação; expressão de David Harvey.

Do que se pode extrair desta constatação mais geral, a posição do socialismo científico defendida por Luxemburgo parece ser aquela que mobiliza como prática política uma oposição ao avanço extensivo da relação capital trabalho, mas, mais do que isso, trata-se de uma oposição capaz de criar os caminhos de superação da contradição entre as condições de produção e de realização do capital social total: a contradição que é compreendida pela autora como a contradição base do movimento da reprodução capitalista. Contradição esta que determina o modo imperialista de reprodução como a tendência histórica dominante.

Conclusão: A superação do modo capitalista de reprodução e a questão da transição.

A superação da reprodução ditada segundo as necessidades sociais do indivíduo em prol de uma outra ditada segundo as necessidades sociais do ser coletivo é o que se apresenta como o pressuposto lógico para que um modo alternativo de reprodução social possa ser pensado como possível. Ainda como um vir a ser possível, o modo socialista de reprodução pode ser pensado como uma forma específica de organização das condições técnicas e sociais de reprodução do consumo total. Em oposição ao modo capitalista, observa-se que um modo socialista de reprodução não apresentaria o problema da reprodução na medida em que o sentido do trabalho social é realizado pelo consumo efetivado na reprodução das necessidades sociais da coletividade, e não pelo consumo efetivado na reprodução das necessidades sociais dos indivíduos.

O que este modo de reprodução nega em relação ao capitalista é a necessidade de expansão da relação capital-trabalho para que a reprodução ampliada tenha continuidade. Desta forma, podemos concluir que um modo socialista de reprodução se caracterizaria, segundo a visão de Luxemburgo, por uma não presença do problema da reprodução, mas sobretudo, pelo fim da relação social que mercantiliza a força de trabalho e os meios naturais de realização do trabalho social. Uma economia que superaria a contradição entre as condições técnicas de produção e as condições sociais de realização (a contradição que caracteriza o problema da reprodução) é uma economia que teria como lógica de superação o crescimento da razão entre o tempo de trabalho livre e o tempo de trabalho destinado ao capital em relação ao crescimento da razão entre o tempo de trabalho não pago e o tempo de trabalho pago pelo capital.

Para que esta lógica de superação se constitua e se mantenha como lógica de reprodução de todo o consumo social o tempo de trabalho livre precisa ser empregado na produção de elementos materiais reprodutores das próprias condições de produção e emprego que produzem tais elementos. Como o modo de produção socialista também requer condições autônomas de reprodução do consumo social, a divisão do tempo de trabalho em consumo reprodutivo necessário e em consumo improdutivo é o que se

¹³ Esta é uma das categorias mais fundamentais da formulação de Luxemburgo. Ela aparece no capítulo 26 do *Acumulação do Capital* (1913) e nesta tese será explorada no capítulo 4.

apresenta como a auto orientação necessária a superação do modo capitalista de produção e distribuição do produto social total. Superação esta que só se apresentaria como superação justamente por ser um modo de produção alternativo à lógica capitalista. Modos de produção não capitalistas capazes de garantirem autonomamente a reprodução de seu próprio consumo básico total são os que podem se apresentar como os futuros possíveis em relação de negação e de oposição ao modo capitalista de reprodução.

Por mais que esta reflexão possa parecer a defesa de um autômato que resolveria em abstrato o problema da reprodução, a relação que realmente interessa a discussão sobre a transição do capitalismo ao socialismo se dá entre o tempo de trabalho dedicado aos modos autônomos de reprodução do consumo básico total e o tempo dedicado a transformação de trabalho presente em trabalho passado. O que é o mesmo que dizer que a superação da contradição determinante da permanência do problema da reprodução depende da capacidade de reapropriação da natureza e da força de trabalho em consonância com a redução do domínio do capital sobre estas formas elementares e genéricas de qualquer produção social.

Considerando o tempo de trabalho social dedicado ao capital, podemos afirmar que a questão da transição aparece no espaço presente entre a redução da taxa de crescimento do trabalho presente transformado em trabalho passado e a redução absoluta do domínio do capital sobre a natureza e a força de trabalho. Ou seja, quando o crescimento de modos autônomos de reprodução do consumo social total se verificar em consonância com a redução absoluta do tempo de trabalho dedicado à reprodução do consumo produtivo básico de todo o capital social total (o tempo de trabalho incorporado nos meios de produção que funcionam como capital constante) pode-se afirmar uma determinada direção de superação do modo capitalista de reprodução em direção a um alternativo.

Referências Bibliográficas:

- DE PAULA & CERQUEIRA. "Sobre Isaac Rubin e sua *História do pensamento econômico*". In: RUBIN, Isaac. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2014.
- DOBB, Maurice. *Teorias do Valor e da Distribuição desde Adam Smith*. Lisboa: Editorial Presença, 1978.
- ETTINGER, Elzbieta. *Rosa Luxemburg: a life*. Londres: Pandora, 1986.
- EVANS, Kate. *Rosa vermelha*. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- FROLICH, Paul. *Rosa Luxemburgo Pensamento e Ação*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- GERAS, Norman. *The legacy of Rosa Luxemburg*. Londres: Verso, 1983.
- GUIMARÃES, Juarez (org.). *Rosa, a vermelha*. São Paulo: Buscavida, 1987.
- KALECKI, Michael. *Teoria da Dinâmica Econômica: Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. Trad. Paulo de Almeida. 2ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. Trad. Jorge Miglioli. Coleção Economia e Planejamento. Série Teoria Contemporânea. São Paulo: HUCITEC, 1977.
- KRÄTKE, Michael. "Nove respostas preliminares para nove perguntas difíceis". In: *Crítica Marxista*, São Paulo: Ed. Revan, v.1, n.26, 2008.

- _____. "A herança econômica recalçada". In: SCHÜTRUMPF, Jörn. Rosa Luxemburgo ou preço da liberdade (org.). São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.
- LÖWY, Michael. Método dialético e teoria política. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- _____. Revolta e melancolia. São Paulo: Boitempo, 2015.
- _____. Ideologias e Ciência Social. Elementos para uma análise marxista. 10ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo. Os dilemas da ação revolucionária. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2019.
- _____. Rosa Luxemburgo: textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LUKÁCS, György. História e consciência de classe. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUXEMBURGO, Rosa. "Reforma social ou revolução?". In: LOUREIRO, Isabel (org.). Rosa Luxemburgo: textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. pp. 11-36.
- _____. Greve de massas, partido e sindicato. Coimbra: Centelha, 1974.
- _____. A crise da social-democracia. Lisboa: Escorpião, 1974.
- _____. A revolução russa. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.
- _____. A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo. Trad. Marijane Vieira Lisboa. 2ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da Economia Política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kotche. 2ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985. V. 1-5.
- _____. Teoria da Mais Valia: História crítica do Pensamento Econômico. Trad. Reginaldo Sant'ana. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. Vols. 1-3.
- MÉSZÁROS, Istvan. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MIGLIOLI, Jorge. Acumulação de Capital e Demanda Efetiva. 2ª ed. Coleção Economia e Planejamento. Série Teses e Pesquisas. São Paulo: HUCITEC, 2004.
- PEDROSA, Mario. A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- RICARDO, David. Princípios de Economia Política e Tributação. 1ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1982.
- SMITH, Adam. A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. 1ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1983. Vols. 1-2.